



ACÓRDÃO Nº196/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12282/2020.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Janderlan Brito Barbosa.
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho.
- 6- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Ciência.
Arquivamento.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** dos presentes Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Janderlan Brito Barbosa**, responsável pelo Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré, contra o Acórdão nº 1247/2021 – TCE- Tribunal Pleno (fls. 741/744), por preencher os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 145 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 7.2. **Negar Provimento** aos presentes Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Janderlan Brito Barbosa**, responsável pelo Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré, em razão da ausência de obscuridade, de omissão ou de contradição por parte deste Relator em seu Relatório/Voto que perfez o Acórdão nº 1247/2021 – TCE- Tribunal Pleno (fls. 741/744), como determina o art. 63 da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 148 da Resolução n.º 04/2002-RI-TCE/AM;
- 7.3. **Dar ciência** ao **Sr. Janderlan Brito Barbosa**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;



ACÓRDÃO Nº196/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

7.4. Arquivar o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

8- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 8 de março de 2022.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

10.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral